

Por Jorge Wahl

O termo “fotografia” vem sendo frequentemente associado ao **Raio X da Previdência Complementar Fechada**, tal a capacidade que a pesquisa tem, já suficientemente comprovada nas duas versões anteriores, de mostrar com riqueza de detalhes a realidade que o sistema vive em suas duas esferas, a atuarial e a dos investimentos. A divulgação agora da terceira edição, no 37º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, confirma mais uma vez isso.

De um total de 274 planos abrangidos na pesquisa, 190 encontram-se dentro dos limites legais que dispensam tanto a destinação de superávits quanto o equacionamento de déficits, explicou o atuário Antônio Fernando Gazzoni, diretor da Mercer-Gama. Para ele, o número mostra que o sistema está seguro e equilibrado, à vista das novas normas.

Pela pesquisa, continuou Gazzoni, 45 dos planos estão na situação de terem de equacionar os seus déficits e 39 a caminho de fazerem a destinação de superávits. Gazzoni explicou também o que mostra o IGA - Índice de Gestão Atuarial, criado pela Mercer-Gama no intuito de aferir o grau de aderência à legislação e às melhores práticas atuariais pelas entidades. Numa escala até 10, as EFPCs conseguiram na média 74,37%.

Gestão conservadora - “Nunca tivemos uma gestão de ativos historicamente tão conservadora”, resume por sua vez Carlos Garcia, sócio da Itajubá Investimentos. Garcia se refere aos dados que mostram que pelo levantamento 85% dos ativos estão alocados em renda fixa e apenas 6% em variável, entre outras opções, quando desconsiderados os números dos 3 maiores fundos de pensão do País.

Detalhando um pouco mais, informou que pela pesquisa na renda fixa 69% estão em NTNs-B, 14% em NTNs-C, 7% em LFs, 3% em debêntures e 1% em LFTs, entre outros ativos.

Universo representativo - A pesquisa, realizada pela Abrapp e operada pela Mercer-Gama, Itajubá Investimentos e Instituto Ibero-Brasileiro de Relacionamento com o Cliente, contou com a participação de associadas que respondem por 80% do patrimônio administrado e perto de 70% da população de participantes ativos e assistidos, o que significa dizer que o universo pesquisado foi bastante representativo do sistema. Como participaram entidades de diferentes tamanhos, regiões e perfis, tal representatividade ficou ainda mais garantida.

A fatia de empregados de empresas patrocinadoras que aderiu aos planos cresceu 0,72% nos últimos 3 anos, mesmo assim é de 500 mil pessoas o contingente que potencialmente ainda pode neles ingressar. Nas estatais, é de 89,1% a proporção de funcionários que participam dos planos que lhes é oferecido, sendo de 80,1% o percentual no caso das empresas privadas. Para 67,5% das entidades, os principais motivos que levam à recusa em participar são ausência de cultura previdenciária, desconhecimento acerca do plano e a falta de visão de longo prazo. Para tentar resolver, 65,4% das EFPCs realizam campanhas de adesão (incluindo o uso de mídias sociais), 61,7% programas de educação financeira e 35% treinam a equipe de RH da patrocinadora, entre outras soluções adotadas e que constam da íntegra da pesquisa enviada a cada uma das associadas que dela participaram e que, como prêmio por sua participação receberam versão integral naturalmente com todos os detalhes.

Perto de 99% das entidades têm página na internet, sendo que mais de 85% oferecem através delas aos seus participantes a possibilidade de se informarem sobre saldos e extratos. Em perto de 40% dos casos é possível fazer simulações.

Resposta às demandas - Para responder em geral às novas demandas, 18,7% das entidades irá criar novos planos, 14,2% já os criou recentemente e 9% os estão implementando nesse momento.

Para 52% das associadas respondentes, a melhor forma de alavancar as adesões seria desenvolver um CD aprimorado, com mecanismos de proteção dos investimentos e do benefício, enquanto 48% apostam também em um “VGBL para entidades fechadas” e 36% gostariam de desenhar um plano capitalizado para cobertura dos gastos futuros com a saúde do participante.

Atualmente 77% das entidades não securitizam os seus riscos, mas 56% das respondentes gostariam de fazê-lo no intuito de se protegerem contra a longevidade coletiva. Outras coberturas desejadas seriam rentabilidade (49%), morte (27%), longevidade (25%) e invalidez (22%), entre outras possibilidades.

Quanto à gestão de riscos e do passivo atuarial, Gazzoni registra que 90% das entidades informam realizar estudos de adequação de hipóteses, 77% adotam procedimentos formais de definição daquelas que serão testadas e 74% apresentam todos os anos os resultados aos seus conselhos e diretorias. É informada também as taxas de juros e duration média das entidades (na curva da ETTJ). No caso dos planos CDs a taxa é de 4,50% a.a. e a duration de 10,01 anos, já no dos BDs 5,20% a.a. e 11,71 anos e no dos CVs 5,11% a.a. e 12,72 anos.

Visão clara - As entidades vêm com clareza as políticas que deveriam ser adotadas prioritariamente, a começar da adoção do mecanismo da adesão automática (78,7%), normativos que incentivem o sistema (42,6%), regras para a gestão de submassas (31,9%) e criação de novas modelagens de planos (31,2%), entre outras hipóteses detalhadas na íntegra transmitida às associadas que participaram da pesquisa. Quanto aos pontos julgados fundamentais para que a previdência complementar retome o caminho de crescimento, 31,1% consideram que o mais importante é a concessão de incentivos fiscais, 29,6% a retirada da burocracia e entraves governamentais e 20,7% maior educação previdenciária.

No entender de Gazzoni, entre as principais conclusões da pesquisa estão a importância dos planos instituídos para o crescimento do sistema, a percepção de que as campanhas de adesão precisam ser reformuladas para trazerem melhores resultados e, por fim, a existência de uma tendência de busca por planos sem qualquer risco atuarial, o que faz pensar se as estratégias seguidas estariam adequadas para se chegar a isso.

Ativos - Detalhando um pouco melhor o alto grau de conservadorismo na alocação de ativos revelada pela pesquisa, algo fácil de entender nas atuais circunstâncias do mercado, Carlos Garcia, da Itajubá Investimentos explicou que, no caso dos planos BD, 63% dos recursos estão atualmente investidos em renda fixa e, no caso dos CDs e CVs 82% seguem o mesmo caminho, que na enorme maioria dos casos leva aos títulos públicos. A íntegra da pesquisa fornece detalhes quanto aos indexadores, benchmarks e diferentes estilos de gestão adotados.

Imóveis - Os imóveis ocupam apenas 6% (BDs) e 2% (CDs e CVs) das carteiras, sendo que em se tratando de BDs a alocação preferida são as lajes corporativas (39%). Já no caso dos CDs e CVs a preferência recai sobre os espaços comerciais (61%).

Os negócios estruturados detém fatia de 3% das carteiras dos 3 tipos de planos, vindo à frente nos BDs os private equity/Fips (83%) e nos CDs e CVs os fundos multimercados estruturados (48%). Considerando a governança, o que mais sobressai nesses casos são as situações em que os cotistas têm a maioria dos votos (82%).

Os investimentos no exterior respondem por 0,3% do total de recursos (BDs) e 0,7% (CDs e CVs). A renda variável ocupa 100% e 84% do espaço, respectivamente.

Olhando à frente - Olhando para os próximos 12 meses no que concerne à renda fixa, informou Garcia, 100% das entidades pretende manter ou elevar as suas alocações em títulos públicos, sendo 78% via fundos de investimento e 22% através de alocações diretas. E 83% desejam também manter ou investir em papéis representativos de crédito privado, seja por meio de fundos

de investimento (51%) ou diretamente (49%).

Manter ou elevar o investimento em renda variável é algo que faz parte do cardápio de opções para os próximos 12 meses no caso de 80% das entidades, mostra a pesquisa.

Fonte: Diário dos Fundos de Pensão, em 19.09.2016.